

Estratégia de Resiliência e Desenvolvimento Integrado do Norte vai custar 2,5 biliões de dólares

● O plano de acção da Estratégia de Resiliência e Desenvolvimento Integrado do Norte (ERDIN) está orçado em cerca de 2,5 biliões de dólares, valor que será disponibilizado pelo Governo de Moçambique e parceiros multilaterais, nomeadamente Banco Africano de Desenvolvimento, Banco Mundial, União Europeia e Nações Unidas. A informação sobre o orçamento consta dos anexos da ERDIN, um documento encomendado pela Agência de Desenvolvimento Integrado do Norte (ADIN) e que aguarda a aprovação do Conselho de Ministros desde Novembro de 2021.

A demora na aprovação é explicada pelo facto de a ERDIN reconhecer que o extremismo violento em Cabo Delgado tem causas internas, uma posição que contraria a narrativa do Governo segundo a qual o conflito tem causas exclusivamente externas. A estratégia aponta para a pobreza generalizada, a exclusão política e socioeconómica, as desigualdades sociais, expropriação de terras e a frustração de expectativas sociais em relação à exploração de recursos naturais como sendo as principais causas do conflito. A ERDIN fala ainda do fechamento do espaço cívico em Cabo Delgado, fruto das restrições no acesso à informação, entraves à liberdade de expressão e de imprensa e do aumento do nível de risco para defensores de direitos humanos¹.

Na verdade, as províncias do Niassa, Cabo Delgado e Nampula, que no conjunto constituem a região onde a estratégia será implementada, têm uma população de mais de 13 milhões de habitantes, equivalente a 43% da população de Moçambique. Estas províncias possuem um nível mais elevado de pobreza quando comparada com a região centro e sul do país. Niassa e Nampula apresentam índices de prevalência de pobreza na ordem dos 67% e 65%, respectivamente, e Cabo Delgado 50%, de acordo com dados do Inquérito sobre Orçamento Familiar de 2014/2015.

Os cerca de 2,5 biliões de dólares serão aplicados em três pilares, nomeadamente "Apoio à construção da paz, segurança e coesão so-



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

Estratégia de Resiliência e Desenvolvimento Integrado do Norte de Moçambique



Novembro de 2021

¹ <https://cddmoz.org/governo-arquivou-a-estrategia-de-resiliencia-e-desenvolvimento-do-norte-2/>

		Ano 1	Ano 2	Anos 3-5	Total por Componente	TOTAL	TOTAL
		(USD)	(USD)	(USD)	(USD)	USD	MZN ⁴³
Pilar 1	Políticas	1.748	5.196	12.036	18.980	151.771	9.591.927
	Reforço Institucional						
	Organização	3.386	4.100	10.240	17.726		
	Investimento e Operações	12.175	22.850	80.040	115.065		
Pilar 2	Políticas	38.083	39.960	112.302	190.346	1.015.188	63.144.694
	Reforço Institucional						
	Organização	61.980	57.035	82.134	201.149		
	Investimento e Operações	129.760	181.027	312.960	623.693		
Pilar 3	Políticas	2.492	4.890	8.813	16.195	1.324.521	83.709.740
	Reforço Institucional						
	Organização	6.723	13.295	26.100	46.118		
	Investimento e Operações	219.622	388.890	653.697	1.262.209		
TOTAL USD		475.969	717.243	1.298.268		2.491.480	
TOTAL MZN		29.895.053	45.329.758	82.050.538			157,461,536

Oraçamento indicativo do plano de acção da ERDIN
Fonte ERDIN

cial"; "Reconstrução do contrato social entre o Estado e a população"; e "Recuperação económica e resiliência". A construção da paz é considerada a principal prioridade. Por isso, a criação do Órgão Nacional para Paz e Reconciliação é, simultaneamente, uma prioridade a ser implementada no âmbito da ERDIN e uma acção preliminar à sua operacionalização.

O Órgão Nacional para Paz e Reconciliação é descrito como um instrumento de âmbito nacional fundamental para dar respostas a algumas causas subjacentes ao extremismo violento em Cabo Delgado e para a prevenção de conflitos em todo o país. A composição do órgão deverá incluir "pessoas idóneas que gozam de grande respeitabilidade na sociedade", jovens e mulheres. A criação do Órgão Nacional para Paz e Reconciliação deverá custar 2.150.000 dólares durante os cinco anos de implementação da ERDIN, sendo 900.000 dólares no primeiro ano, 250.000 dólares no segundo ano, e um milhão de dólares no terceiro, quarto e quinto anos.

As acções previstas no primeiro pilar - Apoio à construção da paz, segurança e coesão social - estão orçadas em 157 milhões de dólares, dos quais 18,9 milhões de dólares vão para o desenho de políticas e reforma legal; 17,7 milhões de dólares serão destinados ao reforço institucional; e 115 milhões de dólares serão aplicados em investimentos e operações. Na componente de políticas e reforma

legal, destaque vai para a revisão do quadro jurídico relativo ao acesso ao apoio jurídico, ao código das custas judiciais, e aos critérios para isenção das custas judiciais.

O foco do primeiro pilar está no fortalecimento da resiliência das comunidades afectadas por conflitos, especialmente as populações mais vulneráveis das comunidades deslocadas e acolhedoras. "Para tanto, é necessário o enfoque na promoção de capacidades para paz, na promoção da reconciliação e coesão social, na garantia do acesso à justiça, no respeito aos direitos humanos, no fortalecimento da segurança da comunidade e a resiliência, e desenvolvimento das comunidades transfronteiriças".

No segundo pilar - Reconstrução do contrato social entre o Estado e a população - estão previstas acções e actividades orçadas em um bilião de dólares. Desde valor, 190,3 milhões de dólares serão aplicados na componente de políticas e reforma legal, com destaque para a clarificação das atribuições da ADIN na matriz institucional dos órgãos de governação descentralizada e das autarquias; clarificação sobre a autonomia financeira e patrimonial da ADIN à luz do SISTAFE; e clarificação das atribuições e competências de Secretário do Estado e o Governador da Província no âmbito da implementação da ERDIN.

Na componente de reforço institucional e organização serão investidos 201 milhões de

dólares, e 623,6 milhões de dólares vão para investimentos e operações. Basicamente, o segundo pilar visa a reconstrução do contrato social através da promoção de governação inclusiva e acesso a serviços básicos, ao mesmo tempo dando apoio ao desenvolvimento habitacional e gestão de terras e recursos naturais, em reconhecimento do impacto que a ineficiente provisão de serviços públicos tem na legitimidade do Estado e nas percepções de exclusão e marginalização, que são factores subjacentes do conflito. "As actividades deste pilar irão contribuir para reforçar a capacidade e legitimidade do Governo a nível central e local, reforçando as estruturas e mecanismos de governação, transparência, prestação de contas e participação de cidadãos, bem como contribuir para a provisão de serviços mais equitativos e um melhor planeamento habitacional".

No terceiro pilar - Recuperação económica e resiliência - serão investidos 1,3 biliões de dólares, divididos em 16 milhões de dólares para políticas e reforma legal; 46 milhões de dólares para reforço institucional e organização; e 1,2 biliões de dólares para investimentos e operações. Na componente de políticas e reforma legal, destaque vai para a revisão da legislação mineira para permitir que o primeiro direito de uso da terra prevaleça sobre a actividade mineira. A actual legislação mineira dá prevalência ao titular da licença mineira sobre os restantes interessados relativa-

mente ao direito de uso e aproveitamento da terra.

Num país onde a maioria da população (sobrevive com base na agricultura e a própria Constituição da República define a agricultura como a base para o desenvolvimento, não faz sentido estabelecer que o uso da terra para operações minerais tem prioridade sobre outros usos da terra quando o benefício económico e social relativo das operações mineiras seja superior. Na verdade, a prevalência de operações mineiras sobre outras formas de uso e aproveitamento da terra tem contribuído para a expropriação de terras de milhões de camponeses, o que resulta em conflitos.

O pilar da recuperação económica e resiliência pretende potencializar a actividade económica e a capacidade produtiva, especialmente das populações mais excluídas e afectadas pelo extremismo violento, enquanto motor de recuperação e crescimento, reconhecendo que o crescimento económico é essencial ao desenvolvimento e que a exclusão económica é um dos factores subjacentes do conflito. Este pilar reconhece a importância do sector extractivo, tanto como um factor de resiliência, quanto como um dos factores que contribuiu para o conflito em Cabo Delgado.

A recuperação socioeconómica em comunidades afectadas pelo extremismo violento está fortemente ligada à criação de meios de subsistência e à restauração económica. “A recuperação económica exige que o sector privado, o comércio e as actividades financeiras sejam recuperados e requer intervenções tanto no sector formal quanto no sector informal para apoiar o desenvolvimento de cadeias de valor, o empreendedorismo dos jovens, esquemas de promoção de emprego com foco nas mulheres e juventude”.



Créditos: ERDIN

Apesar dos consultores que produziram a estratégia terem defendido que a sua implementação deve ser feita de “forma célere”, o facto é que o Governo ainda não aprovou a Estratégia de Resiliência e Desenvolvimento Integrado do Norte. Além da celeridade, os consultores defendem que a operacionalização da ERDIN deve seguir “metodologias sensíveis ao conflito”, com foco na juventude, no

género, na inclusão e capacitação da população local. A estratégia defende que 50% dos beneficiários de cada intervenção deverão ser mulheres (e raparigas, quando aplicável), além de que elas devem estar devidamente representadas nas diferentes infra-estruturas de supervisão e coordenação.

A ERDIN tem período de implementação de cinco anos



INFORMAÇÃO EDITORIAL:

Propriedade: CDD – Centro para Democracia e Desenvolvimento
Director: Prof. Adriano Nuvunga
Editor: Emídio Beula
Autor: Emídio Beula
Equipa Técnica: Emídio Beula, Dimas Sinoa, Américo Maluana
Layout: CDD

Contacto:
 Rua de Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschield, Cidade de Maputo.
 Telefone: +258 21 085 797

Twitter: @CDD_moz
E-mail: info@cddmoz.org
Website: http://www.cddmoz.org

PARCEIRO PROGRAMÁTICO



PARCEIROS DE FINANCIAMENTO

